

# ABOLICIONISMO E AMERICANISMO EM JOAQUIM NABUCO

## PARTE I

O objetivo deste artigo é analisar resumidamente a atuação política de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, desde a escravidão até o americanismo, na busca de seu entendimento da sociedade democrática. Na medida em que fui me introduzindo em sua obra, tarefa a que me propus no mestrado em direito pela UFSC (2), fui paulatinamente deparando-me com a atualidade de suas palavras, dirigidas, por incrível que pareça, ao Brasil de cem anos atrás. Épocas diferentes mas situações muito parecidas; as preocupações, os desejos, o ideal de um país desenvolvido e rico, os problemas.

Monarquista até convencer-se da irreversibilidade da república, o eminente abolicionista teve dois grandes ideais: o de um país igualitário e equânime, sem escravos, nem servos, pobres ou destituídos do trabalho e o de um país integrado no seu continente, sólida e solidariamente preocupado em construir a paz e a prosperidade. Foram dois períodos de muito tra-

<sup>1</sup> Aires José Rover  
Mestre em direito pela UFSC

<sup>2</sup> Este trabalho é um esboço da dissertação de mestrado defendida em 30 de setembro de 1991, sob o título “*Abolicionismo e americanismo em Joaquim Nabuco: uma estética política da emancipação humana*”, sob a orientação do professor doutor Leonel Severo Rocha.

balho e propaganda em situações bem adversas: o primeiro num Brasil escravocrata, absurdamente pobre e politicamente centralizador e o segundo num estado estranho a ele (os USA), e com fortes tendências discriminadoras em relação aos latino-americanos. Porém, nos dois casos sua inteligência e vontade estavam acima das dificuldades, de tal forma que isto não o impediu de realizar uma obra sem solução de continuidade.

Sua trajetória política girou em torno da construção da Nação brasileira; uma “utopia” (projeto que visualiza um lugar ainda não existente) que apontava para uma sociedade democrática, cuja base seriam relações minimamente iguais e livres entre os indivíduos, abarcando a universalidade das atividades humanas. Por isso sua concepção de democracia partia de um desejo universal de se buscar um regime que não elimine a possibilidade da autonomia com heteronomia, da liberdade fundada num mínimo de ordem. Teria também o significado de um processo de busca e realização dos interesses da totalidade da Nação. Essa concepção é o cerne da teoria abolicionista de JOAQUIM NABUCO, cuja preocupação é instituir uma nova relação de trabalho, livre, fundamental economicamente para o desenvolvimento social, político e cultural de um povo. A abolição da escravatura seria o instrumento imediato para iniciar uma vasta transformação da sociedade brasileira, na direção da democracia.

Em sua fase posterior, americanista, a superação dessa fórmula política de sociedade ocorre apenas num aspecto formal, pois seu ponto de vista passa pela observação das relações internacionais entre Estados soberanos e de como elas determinariam o desenvolvimento das sociedades nacionais. Neste âmbito, a Doutrina Monroe seria o instrumento utilizado entre os Estados Americanos para empreender a cooperação “democrática”, o que se refletiria política e economicamente na evolução interna daquelas Nações.

## **PARTE II**

Por mais tradicional que fosse a sociedade em que NABUCO viveu e atuou, o novo e o potencialmente revolucionário, estava presente. Naturalmente, isto tinha origem em ventos europeus e americanos e que foram assimilados e filtra-

dos pela cultura nacional, como fora o positivismo, por exemplo (3).

A nação, observe-se, estava para ser construída e dependente de uma modernidade econômica. O passo preponderantemente parecia ser a constituição do mercado livre, o que tornava a questão escravista, o grande problema daquele fim de século. Nem mesmo o marco da independência política produziu mudanças sociais profundas, pois não significou qualquer mudança estrutural na sociedade, haja visto que a escravidão continuou de pé e sob o controle dos mesmos senhores latifundiários. Porém, o respaldo moral e político vinha diminuindo gradualmente por força das pressões econômicas internacionais e pela dinâmica social nacional, até o ponto em que se admitiu a extinção do tráfico (4). Este foi o primeiro passo para o irromper explosivo da questão abolicionista, questão esta tomada pelo monarquista pernambucano como central para a solução dos diversos empecilhos à institucionalização do sistema nacional.

Tal sistema, envolvendo ele a sociedade e as formas de exercício e representação do poder político, fora até então abortado, visto que o seu elemento mais característico inexistia: a mediação, a representação. Como diz o escritor de “um estadista do império” *“com a escravidão não há governo livre, nem democracia verdadeira; há somente governo de casta e regime de monopólio. As senzalas não podem ter representantes, e a população avassalada e empobrecida não ousa te-los”* (5). A escravidão como uma situação estrutural em que as relações sociais se fundamentam na violência e coação, a partir das relações de trabalho impondo seu status até na mais elementar relação entre os indivíduos, em si mesma não permite o mínimo de solidariedade grupal que é condição política fundamental para o desenvolvimento social, ainda mais quando esse grupo é significativamente uma das maiorias na formação da sociedade. Isto de-

<sup>3</sup> Este, através da manobra de adaptação permitiu o despertar de forças eruptivas contrárias ao regime, principalmente através da Escola Militar, e favoráveis à insurreição republicana. Aqueles que se prenderam doutrinariamente à filosofia positivista de modo rígido, não permitiam essa intromissão na evolução natural e ordeira da sociedade, e portanto, deixaram nas mãos dos militares a função de inventarem a república do Brasil e com ela, os limites das grandes transformações que se exigiam.

<sup>4</sup> O tráfico foi declarado ilegal em 1831 por lei que jamais foi posta em execução, sendo definido praticamente em 4 de setembro de 1850 através da Lei Eusébio de Queirós e graças ao terror do cruzeiro inglês.

<sup>5</sup> NABUCO. *O abolicionista*. P 106.

marcava a formação do mais elementar passivismo e fatalismo, principalmente por parte do negro não escravo, vistos como meros instrumentos para a produção, descaracterizado como sujeito ou agente social, separado de qualquer atuação que envolva sua emancipação. Dessa forma, o problema não é restrito ao político mas é eminentemente social pois “*a grande questão para a democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão*” (6) que de sistema agrícola e territorial tornou-se um regime social e estendeu o seu domínio por toda parte (7).

NABUCO, como todo homem prático envolvido teoricamente com uma complexa situação política, social e cultural, tinha suas contradições e de todas, a relação do estado monárquico com o problema escravo é aquela que mais foi criticada. O seu radicalismo social parecia não se compatibilizar com a sua moderação política, que negava o papel da Coroa como instituição organizadora da sociedade (pois era a única existente). O grande orador observou perspicazmente que, a partir desse lugar hegemônico ocupado pelo Imperador que minava as forças nascentes de baixo para cima e que se negava a olhar de frente as exigências sociais, assumindo a filosofia da gradualidade e do aliancismo com setores conservadores e dominantes, somente as mudanças pelo alto, tardias e póstumas são possíveis.

Entre nós as reformas parecem prematuras, quando já são tardias. A escravidão já nos tinha completamente arruinado, quando apareceu o abolicionismo. As soluções patrióticas de nossos estadistas só tem o defeito de serem póstumas (8). Marcado inicialmente por um conservadorismo gradualista, o autor de “*O abolicionismo*” passa para uma visão mais radical, propagandeando a exigência de uma abolição total e sem indenização, haja visto o iminente colapso da nação, se uma reestruturação social significativa não fosse iniciada imediatamente. Não era mais possível justificar a manutenção da escravidão mesmo que provisória, como se tentou impor na época.

NABUCO, percebendo a importância da política da escravidão na manutenção de um re-

<sup>6</sup> NABUCO. *Minha formação*. Recife : Massangana, 1985, (Série Documentos: 28) p 115.

<sup>7</sup> NABUCO. *Campanha de imprensa (1884-1887)*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, p 30-31. (Obras Completas: XII)

<sup>8</sup> NABUCO. *Campanha*, p 174.

gime conservador e atrasado, concluía acertadamente que a escravidão impedia a idéia mesma de desenvolvimento, seja na agricultura, na indústria. Aqui se instalavam facilmente os ditames liberais de defesa do trabalho livre, do benefício do uso racional da terra e da indústria que representa novas iniciativas, valorização do indivíduo e do capital, enfim, a defesa da idéia do desenvolvimento e portanto, de um futuro melhor. Esse desenvolvimento passa pela concepção de trabalho que a sociedade lhe outorga. Dessa forma, entende ele que a escravidão em face ao trabalho não só impede seu aperfeiçoamento, como o transforma em algo repulsivo, estigmatizando-o como atividade menor. Ao mesmo tempo, rebaixa o trabalhador, desorganiza sua vida familiar e degrada as relações entre os homens (9). Eis aí o âmago da cultura do escravismo.

Ela elimina completamente a dignidade do trabalho, sendo a conseqüência mais perversa levar a uma total irresponsabilidade quanto às ações no presente pois esquece o futuro. Ideologicamente, esta forma de ver o mundo abarca toda a sociedade e a determina de todas as maneiras, seja pela imposição e violência, seja pela busca de um consenso através da cooptação ou favor. Levando em conta tudo isto, sua posição em relação ao escravismo tornou-se radical (exigia mudanças profundas na estrutura social, econômica e política), porém, não desencadeou nele o radicalismo político, necessário para empreender uma ação mais abrangente com a opinião pública de ataque ao sistema político (coroa) e suas mazelas. Ele parecia compreender não ser possível tal ação.

Finda a escravidão, não houve uma ação eficiente e revolucionária (que tenha nascido do seio da sociedade) que pudesse destruir essa base social corrompida. As práticas predatórias, a nível econômico e social apenas se amoldaram à nova situação encontrando um espaço apropriado para sua sobrevivência. Esta se deu predominantemente através do estado. Sendo este o único organismo que mantinha uma estrutura que permitia desenvolver-se, nada mais natural que ele continuasse acima da sociedade. Por isso NABUCO dizia que *“todos os caminhos conduzem ao em-*

<sup>9</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, p 104.

*prego público*” (10) e neste não restaria espaço algum para uma ação livre e autônoma. Toda a estrutura social girava em torno da máquina estatal, centralizada e autoritária. Assim, mantinha-se a dominação de uma elite que desarticulava os espaços sociais, impedindo o surgimento do mínimo de capacidade de representação dos mais elementares interesses. Em razão disto, o reconhecido americanista admite partir de uma visão interior ao Estado, talvez única possibilidade de efetiva construção da nova sociedade brasileira, proclamando e defendendo um conjunto de reformas institucionais tais como o fim do senado vitalício e do poder moderador, a reforma eleitoral (sufrágio universal), a reforma agrária etc. Todas se encontravam numa mais abrangente e fundamental para a organização do estado, o federalismo, entendido como uma forma descentralizada de organização do poder, através da participação dos estados membros.

Porém, nada disso foi possível ao nível que NABUCO almejava. Como já verificado, o regime instalado pela escravidão corrompia tudo, mesmo as melhores reformas, desde que feitas isoladamente. Dessa forma, a instância da política estava abortada e fechada em si mesma, permitindo o desenvolvimento econômico e político em bases conservadoras, ou seja, sem a democratização do mercado, sem a participação efetiva da maioria da população na construção do estado brasileiro. Em consequência, as relações de trabalho foram encaixadas às novas exigências econômicas de mercado livre.

Tal cultura de cooptação e favor determinou todo o futuro da nação brasileira, organizando um novo tipo de regime (11) que qualitativamente não se diferenciou do anterior, mas se constituiu como forma predominante nos países dependentes do 3º mundo. A evolução da representação política das camadas populares deu-se sempre através de táticas de controle. Este se objetivava: (1) no impedimento da ampliação das alianças; (2) na delimitação do espaço de disputa nos órgãos de Estado e (3) no desgaste e cooptação dos órgãos representativos e das oposições, ensejando esses três instantes num governo das diversas formas de pensar o mundo. A con-

<sup>10</sup> NABUCO. *O abolicionismo e Conferências e discursos abolicionistas*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, p 162. (Obras Completas: VII)

<sup>11</sup> Na América o Brasil foi o último estado a se tornar república em 1889.

seqüência era uma total desarticulação social sob um regime autoritário e centralizador, permitindo à camada dominante, a possibilidade de empreender um crescimento econômico sem, contudo, resolver o problema da desigualdade social.

JOAQUIM NABUCO que sabia da importância do desencadear de uma mudança nesse sentido, se restringiu a confiar no papel que devia empreender o monarca na construção da nova sociedade, porque estava ele certo da impossibilidade de reformas que viessem de baixo para cima. Restava-lhe o papel de crítico, tanto do Reino quanto do partido republicano e depois, regime republicano.

Como é possível concluir, mesmo com a abolição e a posterior proclamação da república, a situação não mudou. As transformações foram apenas superficiais o que possibilitou a permanência e manutenção daquela desigualdade “originária”. Diante disso, o liberal NABUCO passa a vislumbrar um novo caminho de luta, mais abrangente e com conseqüências não imediatas em relação ao desejo maior de ver este país com um povo livre e igual. É o americanismo que se coloca em seus planos. Este conduz a uma estratégia onde as relações internacionais são a via dos encaminhamentos cujo pressuposto axiológico é a crença na força (desses encaminhamentos) em dinamizar o desenvolvimento nacional e garantir zonas de paz e progresso (12). Tinha por pressuposto quando defendia a aproximação com os USA a premissa de que somente em um continente de paz pode ser empreendido um desenvolvimento sustentado, maduro e marcado pela busca do bem estar da maioria da coletividade.

Parece então que o político desiludido, dá lugar ao diplomata esperançoso (13). Sua tarefa em solo nacional fora cumprida ao nível dos objetivos imediatos mas foi infrutífera quanto à grande missão de construção nacional. Este novo espaço que se abria representava uma nova oportunidade, que o escritor de “Minha formação” jamais perderia.

Reconhecia ele a necessidade de aproximação do Brasil com os USA e

<sup>12</sup> A situação internacional na referida época era tensa, pois o capitalismo se desenvolvia abruptamente e com ele a necessidade de novos mercados, ou seja, de territórios que servissem aos interesses hegemônicos. Na Europa esse processo era bem claro, e tendo em vista a concorrência acirrada, a iminência de uma guerra era facilmente denotada. A Europa vivia em estado permanente de guerra (econômica).

<sup>13</sup> Ver COSTA, João Frank da. Joaquim Nabuco e a política externa do Brasil. Rio de Janeiro : Record, 1968.

com os países latino-americanos, única condição para edificar um continente rico e livre. O Brasil, como todas as demais Nações americanas, tentava se firmar como estado. Ora, o estado brasileiro há pouco tempo se organizava institucionalmente, sendo-lhe uma de suas maiores dificuldades o controle e ocupação de seu vasto território. JOAQUIM sabia da tendência mundial de um novo colonialismo que legitimara a partilha das riquezas africanas entre os europeus. A América? Que seja “*dos americanos*” (14) Seu esclarecimento sobre a necessidade, vantagens e importância da aproximação com toda a América, em particular com os USA, foi longe o bastante para colocar-se à disposição do governo republicano, com o qual mantinha uma relação de desconfiança até sua missão na Itália em torno da fronteira Brasil-Guiana Inglesa. Foi para Washington, tendo abdicado de Londres, o seu lugar preferido (15), sem mesmo saber que o posto que ocuparia seria o de embaixador (16). Assume-o por patriotismo, utilidade pública e por saber do lugar privilegiado que ocuparia no cenário de uma nova época que despontava (17).

Nessa nova era, os USA e o Brasil tinham lugar de responsabilidade. Em seu discurso de apresentação das credenciais, o escritor de “*O direito do Brasil*” fala claramente da importância das decisões de homens políticos que estejam no comando de uma grande nação como os USA, cujos caminhos passam a ser seguidos pelas demais civilizações, estabelecendo uma posição que lhe dá grande poder de “influência moral” em prol de um espaço “neutro, de paz e de livre competição humana”. Caberia a ele aproveitar a ocasião e começar a usar esse poder nessa direção. O Brasil, por outro lado, era grande entre os latinos e tinha a mesma tarefa bem como o mesmo destino, de tal forma que poderá alcançar proporções que talvez os que hoje vivem não podem ter a última idéia (18).

A tarefa de tornar (re)conhecida a teoria do ame-

<sup>14</sup> Este era o lema do monroísmo.

<sup>15</sup> A questão do contestado com a Inglaterra não produziu nenhum incidente que deixasse ele magoado e disposto a desistir de Londres.

<sup>16</sup> Washington era até então apenas legação, tornando-se embaixada em 13 de janeiro de 1905.

<sup>17</sup> NABUCO. Cartas aos amigos. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: XIV)

<sup>18</sup> NABUCO. Gazeta de Notícias. 24 de julho de 1906.



ricanismo em sua totalidade era difícil, haja visto que as duas partes envolvidas tinham seus preconceitos e medos. Por parte dos USA havia o desdém em relação aos países latinos; desses havia o medo de um novo imperialismo. Tido isto era perfeitamente assimilado pelo novo embaixador brasileiro nos USA de tal forma que se impôs a missão de atacar propagandisticamente os entraves naquele estado. No Brasil era Rio Branco que influenciava os amigos e a imprensa tentando remover o temor e a indiferença que se entranhava na medida do crescimento da América do Norte. Sabiam que a tarefa estava apenas iniciando, e que levaria muitos anos, de parte a parte. Isso, se tudo corresse de acordo com aquele pensamento. O orador não media esforços; suas conferências eram “*obrigação, serviço diplomático e propaganda* (19)”. Porém, parece que tanto esforço não surtiu o efeito desejado. Imediatamente houve avanços que a longo prazo representaram a institucionalização de um novo imperialismo. Os medos e distanciamentos entre os latino-americanos são ainda evidentes; da mesma forma a era de prosperidade foi alcançada apenas pelos dois gigantes do norte em detrimento do restante do continente, que continua com os mesmos estigmas tanto sociais (mais de 65% da população abaixo da linha da pobreza) como políticos (a nossa tradição não é democrática, como todos sabemos). O processo de maturação nacional e latino-americana ainda continua principiante.

### PARTE III

O momento atual da conjuntura nacional e internacional é marcado por uma reflexão permanente sobre a melhor forma de sociedade, ou seja, quais seriam os valores maiores que deveriam reger toda ação do homem no mundo, seja ela política, social e até econômica. Grandes transformações irreversíveis tem se dado nesse final de século, marcando profundamente o comportamento das elites, assim chamadas, responsáveis pelo encaminhamento direto de toda a sociedade. No Brasil, entretanto, o ideal desejado por NABUCO ainda não se realizou, visto que a sociedade brasileira continua escrava de seu medo de exigir a mudança social e essa passa necessariamente por um processo de permanente reinvenção dos espaços democráticos. Como foi exposto rapidamente, o autor analisado

<sup>19</sup> NABUCO. *Cartas XIV*, p 315.

tinha um projeto de sociedade muito avançado para um Brasil escravocrata. Constatamos que fora abortado, haja visto a forma como a abolição, tardia e inconsequente, se realizou. Absorvido por aquele momento histórico de regozijo (a abolição), o futuro representante do Brasil na Inglaterra dá por realizada sua tarefa. Ocorre que o Brasil precisava mais dele do que nunca, só que sua desilusão quanto à república, agora mais próxima do que nunca, não lhe permitia pensar nem agir. A tarefa que se impunha era maior do que a disponibilidade do autor ora analisado.

Mais adiante, tendo superado aquele momento, e estando senhor das dificuldades por que passava a Nação brasileira, NABUCO vê no americanismo a possibilidade de continuidade da sua obra. Não podemos deixar de afirmar que ela, seja no primeiro ou no segundo períodos, deve ser necessariamente contextualizada. Sendo assim, o seu americanismo tinha tudo de revolucionário para a época, no sentido de que mostrava um caminho verdadeiramente promissor e inovador para o Brasil e a América como um todo. Contudo, se havia um limite radical no americanismo defendido intransigentemente pelo autor em estudo, ele se situava na sua incapacidade de suplantar os germes de interesse hegemônico que minavam as bases legítimas da DM.

Porém, fica claro que a obra do eminente diplomata brasileiro ainda permanece viva e necessária para informar os encaminhamentos que devem ser dados no Brasil e na América Latina rumo a uma sociedade verdadeiramente democrática. Portanto, é imprescindível reavaliar e revalorizar os grandes momentos da história nacional, entre eles, o abolicionista e americanista JOAQUIM AURÉLIO NABUCO.